

MERCADOS COMO ORDENS SOCIAIS: UMA ALTERNATIVA PLURALISTA AOS DUALISMOS DA SOCIOLOGIA DA AGRICULTURA

Paulo Andre Niederle

RESUMO

A sociologia da agricultura tem presenciado um profícuo debate sobre mercados alimentares. No entanto, este debate ainda é parcialmente obstado por lógicas dualistas que opõem mercados convencionais e alternativos, commodities e singularidades, agronegócio e agricultura familiar. No debate internacional, uma das expressões mais importante deste dualismo revela-se na oposição entre as abordagens dos “regimes alimentares” e “estilos de agricultura”. Após apresentar os limites das mesmas, o artigo propõe um novo diálogo entre a Teoria das Convenções e Teoria das Práticas para introduzir o conceito de mercados como “ordens sociais”. A partir dele, e com base em pesquisas conduzidas desde 2011 sobre a reestruturação dos mercados para alimentos orgânicos, o artigo analisa a configuração de quatro ordens: cívica, estética, industrial e tradicional. Cada ordem comporta nexos específicos de práticas sociais, às quais estão associados dispositivos institucionais e técnicos, bem como múltiplos significados e identidades sociais.

Palavras-chave: Práticas, Alimentos, Mercados, Convenções.

MARQUETS AS SOCIAL ORDERS: A PLURALIST ALTERNATIVE TO THE DUALISMS IN THE SOCIOLOGY OF AGRICULTURE

ABSTRACT

The sociology of agriculture has witnessed a fruitful debate on food markets. However, this debate has still been partially blocked due to dualistic logics that oppose conventional and alternative markets, commodities and singularities, agribusiness and family farming. In the international debate, one of the most important expressions of this dualism is nowadays revealed in the opposition between the approaches of “food regimes” and “farming styles”. After presenting the limits of these approaches, this paper proposes a new dialogue between Theory of Conventions and Theory of Practices to introduce the concept of markets as “social orders”. From it, and based on research conducted since 2011 on organic food markets reorganizational dynamics, this paper analyzes the configuration of four orders: civic, aesthetic, industrial, and traditional. Each order engages a particular nexus of social practices, which are associated with institutional and technical devices, as well as multiple social meanings and identities.

Palavras-chave: Practices, Food, Markets, Conventions.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o potencial de diferentes mercados agroalimentares para impulsionar as dinâmicas de desenvolvimento rural tem sido marcado por notórias controvérsias acadêmicas e políticas (Schneider, 2016; Marques; Conterato; Schneider, 2016; Buainain *et al.*, 2014). Com efeito, na segunda metade dos anos 1990, a desvalorização das commodities agrícolas nas cadeias globais incitou inúmeros estudiosos a sugerir que este tipo de mercado não poderia sustentar economicamente nem os agricultores nem as economias nacionais. A volatilidade destes circuitos, desde então controlados pela lógica de curto prazo do capital financeiro, levou analistas a sugerir que, ao invés da lógica produtivista fundada nos ganhos de escala dos monocultivos de exportação, a nova economia agroalimentar exigia diversificação e produtos de qualidade específica, respondendo, assim, à crescente demanda dos consumidores por alimentos orgânicos, artesanais, coloniais, éticos e étnicos (Wilkinson, 2008).

Uma década depois, contudo, o mercado global de commodities retomou dinamismo, recrudescendo o coro daqueles que ainda acreditam nas vantagens comparativas dos agricultores e países com uma suposta “vocação agroexportadora” (Alves; Souza, 2015; Contini, 2014). O “boom das commodities” incitou vários pesquisadores a analisar a reconfiguração do “regime alimentar internacional” e seus impactos na reorganização dos espaços rurais (McMichael, 2016). No Brasil, atenção especial foi dada ao impulso da demanda chinesa para a formação do “complexo soja-carnes” (Escher, 2016; Wesz Junior, 2016). Ademais, além de exaltar a pujança deste processo, especialistas também passaram a questionar a expressividade e a capacidade de resiliência dos pequenos “nichos” que configurariam as alternativas localizadas de produção e comercialização. Com efeito, mesmo dentre aqueles que criticaram os efeitos nocivos da inserção subordinada nos mercados globais de commodities, destacaram-se posições céticas sobre a relevância destas alternativas, sugerindo inclusive que sua defesa não passaria de “neopopulismo agrário” (Bernstein, 2011).

As réplicas ao *commodity return* ocuparam-se de argumentar que este fenômeno é extremamente instável – haja vista a recente queda dos preços internacionais – além do que, novamente, privilegia grandes produtores, acentua a lógica de especialização regressiva, exaure recursos naturais e desestrutura a socioeconomia dos territórios (Sauer, 2016; Fernandes, 2014). Ao mesmo tempo, também passaram a buscar evidências acerca da representatividade das alternativas localizadas. Ao longo dos últimos anos, escrutinaram uma miríade dispersa de novas redes alimentares, potencializadas pelas novas demandas de consumo (Goodman; Dupuis; Goodman, 2012; Gazolla; Schneider, 2017; Cruz; Matte; Schneider, 2016). E, além disso, inovaram ao apontar para o papel das políticas públicas, sobretudo daquelas que se amparam no referencial da segurança alimentar e nutricional, como indutoras destas redes, chamando atenção para a construção sociopolítica dos mercados (Maluf *et al.*, 2015). Em suma, estes estudos não apenas demonstraram que os “novos mercados” ampliavam-se apesar da retomada das commodities (e, em alguma medida, em virtude disso), mas também que esse processo depende da ação de movimentos e governos engajados na sua construção (Wilkinson, 2007; Niederle, 2016). Mesmo assim, elas mantiveram-se reféns do mesmo tipo de lógica dualista que opõe, neste caso, mercados convencionais e alternativos.

O objetivo deste artigo é aprofundar reflexões iniciadas em outro momento sobre a necessidade de re-equacionar esta discussão a partir de um “modelo de mercados múltiplos” (Niederle, Schubert e Schneider, 2014). O artigo concilia aportes da sociologia econômica, sobretudo a perspectiva convencionalista dos “mundos de justificação” (Boltanski, Thévenot, 1991), com elementos da Teoria das Práticas (Schatzki; Cetina; Savigny, 2001). A próxima seção analisa como a lógica dualista se expressa no debate internacional da sociologia da agricultura entre as abordagens dos “regimes alimentares” (McMichael, 2009) e “estilos de agricultura”

(Ploeg, 1994). Em seguida, apresenta-se a noção de “ordens sociais” (Schatzki, 2002) como uma alternativa pluralista à compreensão dos mercados. Finalmente, propõe-se um exercício de operacionalização do modelo analítico a partir de informações cotejadas em pesquisas recentes acerca dos mercados para alimentos orgânicos. As considerações finais apontam para as implicações do modelo para a discussão sobre o papel dos mercados para a promoção do desenvolvimento rural.

1. O DEBATE DA SOCIOLOGIA DA AGRICULTURA SOBRE OS MERCADOS

Até o final dos anos 1980, a sociologia da agricultura foi amplamente dominada pela controvérsia entre a teoria da modernização, de cunho racional-utilitarista, e sua rival marxista, a teoria da mercantilização (Long et al., 1986). Enquanto uma enaltecia o mercado, a outra o demonizava. Ambas, no entanto, coincidiam em concebê-lo como uma estrutura impessoal, fictícia, pautada “de modo especificamente objetivo, pelo interesse nos bens de troca e por nada mais” (Weber, 2000, p. 429). Desde então, as inúmeras “viradas” (cultural, pragmática, praxiológica, de-colonial, ontológica) que renovaram as ciências humanas também contribuíram para produzir novas abordagens para a análise dos mercados, as quais gradativamente se afastaram das metanarrativas estruturais para aproximar-se dos atores sociais, sem incorrer, no entanto, no mesmo tipo de individualismo metodológico da tradição utilitarista (Granovetter, 1985).

Com relação aos mercados agroalimentares, uma das abordagens que mais ganhou espaço neste período ficou conhecida como “perspectiva orientada aos atores” (Long, 2001). Construída em diálogo com as teorias neomarxistas sobre “produção simples de mercadorias”, esta abordagem orientou a elaboração de novas explicações acerca da manutenção de formas sociais não essencialmente capitalistas (o campesinato) nas sociedades de capitalismo avançado. Ao invés de focalizar as contradições estruturais do sistema, as atenções foram redirecionadas para a organização das unidades de produção agrícola (Ploeg, 2008). De modo geral, procurou conciliar uma visão neochayanoviana das mudanças agrárias, que prioriza as lógicas socioprodutivas dos agricultores, com as inovações teóricas produzidas pelo debate sociológico em torno do “problema da agência”, em particular com a teoria da estruturação de Giddens (1989) que, à época, se estabelecia como uma das alternativas teóricas ao dualismo ator-estrutura.

A perspectiva proposta por Norman Long e demais colaboradores da Escola de Wageningen, Holanda, repercutiu amplamente na sociologia da agricultura (Long; Ploeg, 1994; Buttel, 2001; Schneider; Gazolla, 2012). Dentre seus principais méritos esteve a atenção conferida à heterogeneidade social, a qual derivaria da capacidade de agência dos atores, sobretudo dos agricultores, para resistir às pressões estruturais exercidas pelo mercado (*sic*). Long e Ploeg (1994) mobilizaram esta ideia para construir um novo tipo de explicação para a incompletude do processo de mercantilização, apontando para os espaços de manobra que os agricultores encontravam para criar estratégias mais autônomas de produção e trabalho. No entanto, a abordagem reproduziu algumas fragilidades da própria teoria da estruturação. Apesar de criar espaço para os atores transformarem reflexivamente as disposições estruturais – alterando o modo como as instituições se expressam quando adentram ao mundo da vida –, a formulação de Giddens não abdicou completamente do uso de categorias estruturantes – como se expressa na ideia de “Mercado”.

Uma das principais derivações da perspectiva orientada aos atores foi a abordagem dos “estilos de agricultura” (Ploeg, 1994). Com um viés mais operacional, foi por meio dela que vários autores procuraram classificar a heterogeneidade do mundo rural. O modo como a mesma foi operada variou, todavia, entre dois eixos (Niederle; Escher; Conterato, 2015). Por um lado, uma perspectiva eminentemente hermenêutica que focaliza os discursos representacionais dos agricultores acerca das suas identidades sociais. Por outro, uma perspectiva “realista”

que confere atenção à estruturação das práticas produtivas, bem como à articulação destas com o ambiente material, criando arranjos sociotécnicos que definem diferentes modos de “fazer agricultura”. Entre estes dois usos do conceito, nota-se um afastamento da teoria da estruturação em direção às novas sociologias relacionais, sobretudo àquelas construídas a partir dos conceitos de redes (Murdoch, 2000).

De fato, os textos produzidos na última década corroboram a aproximação da “perspectiva orientada aos atores” (POA) com a “teoria ator-rede” (TAR) de Michael Callon e Bruno Latour, e, a partir disso, com um conjunto mais amplo de abordagens sobre transições sociotécnicas (Hebinck, 2001, Marques, 2011). Duas conseqüências são particularmente importantes com relação a este movimento. Primeiro, a incorporação da teoria de redes sociotécnicas demanda o rompimento definitivo com o dualismo ator-estrutura. Neste caso, não faz mais sentido falar em estrutura se esta não for a própria rede conformada pelos “actantes”. Segundo, e como decorrência disso, noções estruturantes como aquela de “mercado” são substituídas por arranjos heterogêneos de atores e artefatos (Callon, 2004).

Ao mesmo tempo em que reorientava sua rota teórica, um importante desafio se impôs à POA. Por mais interessantes que tenham sido os estudos sobre estilos de agricultura, desvelando a pluralidade das práticas produtivas conectadas a diferentes repertórios culturais e arranjos sociotécnicos, eles demonstraram dificuldades em termos de generalização. Ou seja, não conseguiram extrapolar o conhecimento acumulado sobre os estilos localmente situados em prol de uma explicação mais ampla sobre a organização dos sistemas agroalimentares. Autores como Goodman (2004) criticaram o “localismo” da abordagem, problema que se tornou ainda mais instigante considerando as novas dinâmicas de transnacionalização dos mercados, as quais, sobretudo para os autores neomarxistas, demandavam um novo olhar para os processos mais estruturantes do capitalismo agrário (Edelman, Borrás, 2016).

É justamente em virtude desta compreensão que, nos últimos anos, as metanarrativas recuperaram espaço nos *critical agrarian studies*. Dentre elas, a abordagem dos “regimes alimentares”, inicialmente proposta por Harriet Friedmann e Philip McMichael (1989), se tornou a mais disseminada na sociologia da agricultura¹. Retomando formulações sobre o sistema-mundo (Wallerstein, 1979), conciliadas com teorias neomarxistas e regulacionistas (Harvey, 2004; Arrighi, 1994), a abordagem delimita grandes períodos de estabilidade dos processos de acumulação-regulação capitalista no setor agroalimentar (Friedmann, 2016; McMichael, 2009). Seu modelo se tornou particularmente atraente porque permite caracterizar um conjunto de signos que, sobretudo a partir dos anos 2000, passaram a definir os ‘grandes’ processos sociais agrários: transnacionalização, supermercadização, financeirização, estrangeirização da terra, dentre outros. Ou seja, signos que explicitam a dinâmica renovada dos mercados globais de commodities a partir dos anos 2000.

No entanto, ao mesmo tempo em que se generalizou, essa abordagem começou a ser objeto de recorrentes questionamentos. As principais críticas apontam para a sobrevalorização das rupturas em detrimento das transições, a carência de evidências empíricas, o excessivo ocidentalismo da periodização dos regimes, o dualismo das relações de poder – ainda preso ao modelo centro-periferia – e a tendência a um raciocínio prescritivo (Wilkinson, Goodman, 2017; Niederle, 2017). Ao reaproximar-se do marxismo estruturalista da sociologia pré-1980, a abordagem dos regimes alimentares resolveu o “problema da generalização”, que não tem resposta satisfatória nos estudos sobre estilos de agricultura, mas ao custo de, novamente, perder o foco sobre a heterogeneidade. Isso se expressa na construção de uma imagem excessivamente unitária ou homogênea do “regime alimentar” dominante e, por conseqüência, dos mercados,

1 Vide edições recentes de revistas como *Journal of Peasant Studies* e *Journal of Agrarian Change*. No Brasil, a incorporação deste referencial pode ser vista, por exemplo, nos livros de Henry Bernstein (2011) e Philip McMichael (2016) traduzidos e publicados pela Série “Estudos Camponeses e Mudança Agrária” (Editora da Unesp).

os quais se configuram como a estrutura de acumulação-regulação (e, portanto, de dominação) nas sociedades capitalistas.

Paradoxalmente, este tipo de narrativa também começou a transparecer em alguns estudos que outrora se posicionavam do outro lado da trincheira desta *“battlefield of knowledge”* (Long; Long, 1992). À título de exemplo, Ploeg (2008) foi buscar em Hardt e Negri (2001) a noção de “império” para explicar as tendências mais abrangentes do capitalismo agrário. Esta mudança de foco foi coerente com as reinterpretações sobre os efeitos da globalização, assim como uma réplica às críticas sobre o “localismo”. Ademais, é verdade que o autor procura aferir um significado maleável ao conceito – inclusive dialogando mais com a TAR do que com os filósofos pós-marxistas –, apresentando-o como um agregado de regimes personificados por uma “variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias”, agindo à distância para “conquistar e controlar cada vez mais partes da produção e consumo de alimentos em escala global” (Ploeg, 2008, p. 20-21). Mesmo assim, prevalece a imagem de uma estrutura unificada de controle, a nova “superestrutura dos mercados globalizantes”, contra o qual se ergueriam os movimentos de “resistência camponesa”, incluindo as redes alimentares alternativas (Ploeg, 2008).

Por conseguinte, em ambas as abordagens opera-se com uma lógica que opõe, de um lado, um “regime” coeso, unitário, atuando globalmente da mesma maneira, conformando um verdadeiro “sistema-mundo” ou um “império”, e, de outro, várias alternativas periféricas e localizadas, estilos diferenciados de agricultura que configurariam múltiplos e erráticos “nichos”. Este tipo de representação dificulta pensar na coexistência de uma pluralidade de regimes, mundos ou ordens sociais, o que, na sociologia econômica contemporânea, implicaria reconhecer uma “variedade de capitalismo”, cada qual com sua lógica mais ou menos específica (ainda que capitalista) de acumulação-regulação (Boyer, 2005; Thellen, 2012).² Ao mesmo tempo, isso sugeriria rejeitar as únicas três alternativas que restariam às alternativas localizadas, aos mercados de qualidade específica, aos circuitos curtos: (a) desafiar o regime e alterá-lo (uma conversão total); (b) ser apropriado pelo regime (a tese da ‘convencionalização’); ou (c) manter-se eternamente como “nicho” (o risco da marginalização).

2. MERCADOS COMO ORDENS SOCIAIS

O pressuposto básico da sociologia econômica é que os mercados são construções sociais. No entanto, como já alertou Marques (2003, p. 5), “não basta afirmar que os mercados são construções sociais, é necessário afirmar sob que condições e de acordo com que variáveis são os mercados moldados”. Disso decorre uma profusão de modelos analíticos, cada qual com sua metáfora específica para definir os mercados: redes (White, 2001), mundos (Salais; Storper, 1992), campos (Fligstein, 2007; Bourdieu, 2000), dentre outras. Este artigo propõe uma definição de mercados como “ordens sociais”. Embora incomum, a definição não é exatamente original. De certo modo, ela já estava presente na sociologia de Weber e Durkheim, que usam a noção de ordem para compreender os mecanismos institucionais que orientam e dão coesão às ações econômicas (Raud-Mattedi, 2005). Mais recentemente, ela também foi retomada por sociólogos como Fligstein (2007) e Beckert (2009), os quais acentuam a importância das instituições para conferir estabilidade aos mercados.

A maioria das abordagens institucionalistas da sociologia econômica trata as instituições (hábitos, costumes, convenções, leis, padrões) como mecanismos de produção de estabilidade e regularidade, o que, conseqüentemente, resulta em “ordem”. March e Olsen (2006, p.

² Embora essa discussão atualmente concentre-se entre as vertentes institucionalistas da sociologia econômica, não seria exagerado reconstruir pontes com o antigo debate marxista acerca da coexistência de diferentes “modos de produção”, o qual influenciou o debate agrário sobre a reprodução das “formas não essencialmente capitalistas” no meio rural, ou seja, as agriculturas familiares (Ploeg, 2006; Bernstein, 1986).

3), por exemplo, definem uma instituição como “uma coleção relativamente duradoura de regras e práticas organizacionais, imersas em estruturas de significado e recursos que são relativamente invariáveis frente às mudanças abruptas dos indivíduos [...]”. No entanto, autores pragmatistas como Boltanski (2009) e Thévenot (2001) criticam esta tendência de equalizar as instituições a tudo aquilo que permanece estável no fluxo contínuo de mudanças sociais. Segundo eles, as próprias instituições estão sujeitas a processos de re-institucionalização. Similarmen- te, Schatzki (2003, p. 16), reconhece que “as ordens sociais são inerentemente instáveis, e fre- quentemente des e re-estabilizadas”.

Para contornarem as incertezas, tensões e críticas que podem colocar em risco sua perenidade, as instituições frequentemente se apoiam em dispositivos técnicos que as naturalizam, fazendo as normas, regras e padrões parecerem um dado objetivo da realidade (Busch, 2011). Com efeito, assim como os sociólogos da ANT, os teóricos das “convenções” (Boltanski, Thévenot) e das “práticas” (Schatzki) também adicionam à análise as entidades que expressam a materialidade da vida social (e dos mercados). “Relações sociais, conseqüentemente, não podem ser restritas a relações apenas entre humanos” (Schatzki, 2003, p. 41). De acordo com Thévenot (2001), ao mesmo tempo em que os objetos potencializam a “ação à distância”, eles ordenam o funcionamento dos mercados. No entanto, existe uma diferença fundamental. Para Schatzki (2001), reconhecer o papel da materialidade não obriga criar uma completa simetria entre humanos e não-humanos como propõe a epistemologia pós-humanista de Latour e Callon. De outro modo, o autor enfatiza a “inteligibilidade prática” dos humanos no manejo os artefatos.

Nestes termos, uma ordem social é aqui definida como uma forma específica de ordenamento de práticas sociais e dispositivos técnicos e institucionais. Trata-se, portanto, de uma forma específica de arranjo, de produção de nexos, entre humanos e não-humanos. Ao invés de regularidade, o conceito central para definir uma ordem é similaridade, o que implica em identificar a posição que cada entidade (pessoa, artefato, objeto, regra, norma etc.) ocupa em relação às demais. Numa perspectiva eminentemente relacional, “estar ‘posicionado’ é tomar um lugar entre outras coisas, um lugar que reflete relações entre as coisas envolvidas” (Schatzki, 2003, p. 19). Mas esta posição não deve ser compreendida como um fenômeno meramente espacial. Trata-se de uma abstração que denota como as entidades criam nexos entre elas, o que depende, por sua vez, do estabelecimento de significados (objetos) e identidades (pessoas). Como essas posições e significados se alteram ao longo do tempo, o conceito de ordem adquire um caráter processual e dinâmico, sendo melhor compreendido como “ordenamento” (Law, 1994; Schatzki, 2002).

Assim como os “mundos” da teoria francesa das convenções, uma ordem representa o modo específico como se configuram relações entre pessoas, artefatos e significados/identidades. Ela pode ser definida como uma estrutura de sentidos e materialidade que organiza a ação social. No entanto, à diferença dos mundos de justificação de Boltanski e Thévenot (1991), as ordens se estruturam a partir das práticas sociais. Elas não partem das grandes estruturas valorativas (*cités*) que definem princípios morais de ampla generalidade. Sua delimitação demanda um olhar mais próximo para a “validade empírica” da ação social (Weber, 2000). Além disso, o ponto de partida não é o ator (como prevalece na POA), mas as práticas que criam nexos entre atores, instituições e artefatos. Em outras palavras, coerente com a filosofia pragmatista, ao invés dos ‘atores e suas práticas’, esta perspectiva privilegia as ‘práticas e seus atores’ (Dewey, 1988).

Uma prática é, antes de tudo, um conjunto de ações, composta por todos os *fazer*es e *dizer*es. Os *fazer*es compreendem, por exemplo, o modo como se executa a agricultura, a comercialização ou o consumo. Já os *dizer*es são meios de manipulação de significados sobre como a agricultura, a comercialização ou o consumo devem ser feitos. Assim como as ações, a linguagem, o “instrumento dos instrumentos” (Dewey, 1988, p. 134), organiza relações, posições e significados/identidades – e não somente para os humanos, mas para todas as

entidades sociais, incluindo as normas, regras, leis. Portanto, as instituições são instrumentos passíveis de interpretação e de julgamento, o que as torna diferentemente incorporadas às práticas socialmente situadas (experiências). São dispositivos que precisam ser manipulados para se criarem nexos coerentes às demais entidades da ordem social. Isso implica reconhecer que a análise das instituições está condicionada a compreensão dos modos diferenciados como elas são incorporadas no mundo da vida, o que rompe com a percepção funcional-estruturalista que frequentemente pauta a discussão sobre o modo como as normas ‘definem’ o comportamento social (Raud-Mattedi, 2005).

Por sua vez, a mudança social depende da desestabilização das ordens (mercados) estabelecidas, o que incorre em movimentos de crítica social (Boltanski, 2009), mas também, e associado a isso, na circulação das entidades sociais entre as fronteiras permeáveis das ordens. Similarmente àquilo que ocorre nos ‘mundos’, aqui também os atores e artefatos se movimentam entre as ordens, criando interconexões complexas, híbridas e, em alguns casos, potencializando momentos críticos. A crise pode resultar em simples readequações ou transformações radicais, inclusive com o surgimento de novas ordens. Ao longo desse processo, as entidades alteram não apenas suas posições relacionais, mas seus significados e identidades. Teoricamente, em cada ordem elas possuem um significado específico: o mesmo grão de soja é a commodity da ordem industrial e o complemento alimentar da ordem estética. Isto também é válido para os humanos, que alternam suas identidades entre uma ordem e outra. Todavia, há limites nessa circulação. As identidades e significados não são completamente fluidos ou manejáveis, e, muitas vezes, é sobre este tipo de dinâmica que recaem os movimentos de crítica que desestabilizam as ordens e produzem mudanças sociais.

3. UM MODELO DE MERCADOS MÚLTIPLOS

Nos termos apresentados acima, mercados são ordens sociais conformadas por práticas, que mobilizam dispositivos institucionais e técnicos, e ordenam relacionalmente entidades, identidades e significados. Portanto, compreender os mercados implica em analisar os diferentes tipos de nexos que se estabelecem entre esses elementos. A partir de pesquisas conduzidas desde 2011³ sobre os mercados para alimentos naturais, orgânicos, agroecológicos, saudáveis (note-se que os significados já são distintamente manejáveis), nesta última seção o artigo discute a conformação de quatro ordens ou mercados: *industrial, estética, cívica, tradicional* (Quadro 1, abaixo).⁴

De modo geral, a formação destas ordens repercute as críticas aos efeitos da constituição dos modernos complexos agroindustriais desde o pós II Guerra, sobretudo à oligopolização do processamento e distribuição alimentar e, a partir disso, uma suposta tendência à homogeneização da produção e do consumo (Niederle, 2017). A partir da década de 1990, os mesmos movimentos de “agricultura alternativa”, que nas décadas anteriores haviam concentrado suas ações na crítica ao “regime dominante”, começaram a se engajar na construção de novas redes de produção e consumo (corroborando a dinâmica mais ampla de *quality turn*). Mas, se em um primeiro momento isto serviu para contrapor teoricamente mercados convencionais e alternativos, pouco tempo depois esta oposição já se mostrava extremamente limitada, assim como aquela que opunha mercado externo e interno, e mesmo circuitos curtos e cadeias globais (Sonnino; Marsden, 2006).

Em oposição ao modelo industrial, primeiramente configurou-se um conjunto de práticas sociais que, com o tempo, deu forma a uma ordem cívica. Os “*civic markets*”, retomando

3 No âmbito dos projetos “Não identificado...” (2011-2014) e “Não identificado...” (2015-2017), ambos financiados pelo CNPq.

4 De modo similar aos “mundos de justificação” (Boltanski, Thévenot, 1991), no caso das ordens “a demarcação de arranjos específicos é [...] relativa aos interesses e propósitos do demarcador” (Schatzki, 2002, p. 46). Ou seja, elas não são um dado da “realidade objetiva”, mas uma ferramenta analítica, de modo que não apenas o número delas pode variar, mas também o nível de generalização.

o conceito proposto por Dupuis (2006), compreendem práticas geralmente encontradas nas feiras livres, nos grupos de consumidores, nos circuitos associativos de economia solidária e mesmo nos programas públicos de compras de alimentos. A prática mais relevante é o próprio engajamento civil. São mercados construídos pela ação política de movimentos sociais, ainda que com diferentes interfaces com o Estado. Do ponto de vista produtivo, são mercados que comportam processos de ação coletiva para a transição ecológica (grupos, associações e redes). As instituições centrais referem-se a um conjunto de entendimentos valorativos e conhecimentos compartilhados sobre o papel da agroecologia para a conservação dos recursos comuns (*commons*). Uma das experiências mais marcantes deste tipo de mercado é o Circuito Sul da Rede Ecovida, o qual se define, primeiramente, como um circuito de circulação de alimentos, que visa garantir a segurança alimentar e nutricional de produtores e consumidores engajados (*consum-atores*) nos grupos e núcleos da Rede, e, em segundo plano, um espaço de comercialização. Como dispositivo central desta experiência está o selo de certificação participativa. Por sua vez, os significados e identidades centrais produzidos são aqueles que definem a “agroecologia” e o alimento “ecológico” (Radomsky; Niederle; Schneider, 2016).

Na virada do milênio inúmeros pesquisadores passaram a chamar a atenção para o que denominaram “convencionalização” da agricultura alternativa, processo este caracterizado pela endogeneização parcial do discurso da sustentabilidade e da crítica agroecológica pelo regime industrial dominante (Niederle, 2014). Segundo esta perspectiva, este fenômeno permitia reajustar algumas práticas sem alterar fundamentalmente a configuração da ordem industrial e, sobretudo, as posições e hierarquias dos diferentes atores. Ou seja, o que é “estruturante” se mantém: as principais práticas produtivas (mecanização, especialização dependente de insumos, produção em escala), a lógica de ação (racional-utilitarista e oportunista) e as formas de interação (formal, hierárquica e verticalizada), bem como o aparato de dispositivos institucionais e técnicos (leis, contratos, padrões, auditorias, controle, coerção, punição). Essas práticas e dispositivos mantiveram o domínio de atores como os supermercados e as agroindústrias de processamento, mas também criaram espaços para uma nova geração de técnicos e peritos (haja vista o chamado “mercado das certificações”). Amparando-se no poder destes atores, esta ordem rapidamente passou a preponderar sobre as demais, institucionalizando seus significados e identidades. Com efeito, em que pese a resistência do movimento agroecológico – o que lhes garantiu o reconhecimento de suas práticas, dispositivos, identidades e significados –, foram a agricultura e os produtos “orgânicos” que o Estado brasileiro privilegiou na sua legislação, assim como todo aparato de dispositivos que isso implica (Fonseca, 2003).

QUADRO 1 – CONFIGURAÇÕES DE MERCADOS OU ORDENS SOCIAIS PARA PRODUTOS ALIMENTARES

	CÍVICA	ESTÉTICA	INDUSTRIAL	TRADICIONAL
Práticas e artefatos de produção	Engajamento coletivo, Trocas recíprocas, Foco nos bens comuns, Tecnologias adaptadas	Individualizadas, Trabalho imaterial, Singularização, Customização	Mecanização, Especialização, Produção em massa, Variedades híbridas	Artesanalidade, Manejo tradicional, Sementes crioulas, Raças tradicionais
Lógicas de ação	Confiança e cooperativa	Hedônica e espiritual	Utilitária e oportunista	Moral e convencional
Interações	Horizontalidade	Individualista	Verticalizada	Comunitarista
Instituições	Entendimentos partilhados, Regras comuns	Padrões de distinção; Padrões sociais estabelecidos;	Leis, Normas, Contratos, Sanções coercitivas	Hábitos, Costumes, Obrigação socialmente prescrita
Dispositivos de julgamento	Certificação participativa	Julgamento externo individualizado	Auditoria, Testes laboratoriais	Controle Social
Conhecimento	Dialógico, Compartilhado	Artístico, Individualizado	Científico, Instrumental	Tácito, Saber-fazer
Atores centrais	Grupos de agricultores, Movimentos sociais, Consum-atores	Consumidores, Consultores, Mídia	Agroindústria, Técnicos peritos, Supermercados	Agricultores, Líderes comunitários; ONGs
Significados e identidades	Agroecologia, Alimento ecológico	Agricultura Natural, Produto Saudável	Agricultura Orgânica, Produto orgânico	Produto da Sociobiodiversidade

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Eymard-Duvernay *et al.* (2006), Niederle (2017) e Schneider (2016)

A maioria dos estudos sobre esse tema se detém a esta dialética que opõe mercados agroecológicos (nicho) e orgânicos (regime). O problema é que, além das sobreposições entre essas ordens, decorrência da circulação de entidades (alimento ecológico comercializado nos supermercados; certificação por auditoria nas feiras livres, apenas para citar dois casos), este dualismo não capta a heterogeneidade social. Ao menos outras duas ordens precisam ser delimitadas.

A primeira é aquela que emerge a partir dos fenômenos de “esteticização dos alimentos” (Miele, Murdoch, 2002), os quais têm origem na “crítica estética” (Boltanski, Chiapello, 1999) ao sistema agroindustrial, e que não focaliza primeiramente os bens comuns (ética), mas a individualidade. Esta ordem é o espaço do diferente, exótico e singular; da promoção da conveniência, indulgência e customização. No caso dos mercados alimentares, isso se expressa na associação entre o culto ao corpo e a exacerbação do medo aos riscos e incertezas alimentares. Se manifesta, por exemplo, em uma geração de consumidores “*ego-trip*” (Guivant, 2003), preocupados acima de tudo em salvar a si mesmos. Ao invés de orgânico ou ecológico, os significados que prevalecem nesta ordem estão associados ao produto saudável e à agricultura natural, esta com forte teor espiritual (o que talvez merecesse uma ordem específica). Embora alguns autores situem-se estas práticas muito próximas da ordem industrial – na lógica da “fetichização dos orgânicos” promovida pelos supermercados (Allen, Kovach, 2000) –, estudos recentes sobre dinâmicas de consumo também sugerem fortes conexões entre ética e estética neste segmento (Barbosa, 2016). Este é um dos motivos que nos leva a demarcar uma ordem específica, ainda que profundamente entrelaçada às demais, inclusive à quarta e última que compreende os “mercados tradicionais”.

A expressão “mercados tradicionais” seguramente não define perfeitamente a dinâmica desta ordem. A rigor, em nenhum dos casos uma única denominação seria suficiente. De todo modo, este termo procura delimitar a similaridade dos artefatos (artesanais), conhecimentos (saber-fazer), lógicas de ação (costumes) que organizam determinadas práticas sociais, bem como significados e identidades específicos. Embora no Brasil não exista um certificado como a Especialidade Tradicional Garantida, que, na União Europeia, designa um alimento produzido a partir de métodos ou matérias primas tradicionais, fala-se recorrentemente sobre um conjunto de práticas tradicionais, como é o caso do manejo agroflorestal, das agriculturas de corte e queima, da reprodução de sementes crioulas e do cultivo de plantas nativas, bem como de uma infinidade de formas artesanais de preparo dos alimentos.⁵ De todas as ordens aqui apresentadas, esta seguramente é a mais heterogênea. Não apenas as identidades se alteram entre os diferentes grupos sociais (as chamadas “comunidades tradicionais”) como também os significados que são aferidos aos produtos. Uma representação ainda em construção, mas já incorporada ao linguajar de inúmeros atores e inclusive à institucionalidade do Estado é aquela criada em torno da ideia de “produtos da sociobiodiversidade” (BRASIL, 2009). Embora impreciso, o significado atribuído a eles incorpora elementos culturais que não são suficientemente apreendidos pelos conceitos de orgânico, agroecológico ou saudável.

Todas estas ordens não são conformações completamente estáveis. Elas existem em estado de tensão. Constantemente são invadidas por regras, artefatos e atores oriundos das demais. Dependendo do modo como isso acontece, criam-se novos arranjos e a ordem é reconfigurada. Em situações mais críticas, uma ordem pode ser ‘engolida’ por outra. Novas ordens também podem surgir. Ademais, a delimitação de quatro ordens restringe-se a um conjunto específico de práticas alimentares. Outras tantas teriam que ser delimitadas para dar conta da conformação do “sistema agroalimentar” (esta generalização que evitamos utilizar).

⁵ Neste caso, há quem sugira que estas práticas se enquadram nos mercados cívicos. Contudo, o esforço que os movimentos agroecológicos vêm fazendo para estabelecer diálogos com as comunidades tradicionais evidencia que esta incorporação não é um fato consumado. Exemplo disso são as discussões da Rede Ecovida para criar um selo específico para produtos da sociobiodiversidade, cujas regras seriam diferentes da certificação participativa dos produtos agroecológicos.

Isto significa que, neste artigo, elas cumprem sobretudo um caráter ilustrativo acerca do modo como o modelo analítico opera. A rigor, mais importante do que a ordem em si, é o modo específico de olhar para a construção social dos mercados, a partir do escrutínio das práticas e dispositivos institucionais e técnicos que as orientam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AGRICULTURAS, MERCADOS E DESENVOLVIMENTO RURAL

O primeiro argumento sustentado neste artigo é a limitação dos dualismos que ainda marcam as análises da sociologia da agricultura sobre os mercados agroalimentares (convencionais *vs.* alternativos, globais *vs.* locais, commodities *vs.* singularidades, regimes *vs.* estilos). A ideia de mercados múltiplos da nova sociologia econômica, neste caso capturada analiticamente pela pluralidade de ordens sociais, permite escapar desta armadilha que limita a compreensão das formas híbridas de mercado. Um segundo argumento sugere que esse hibridismo não emerge necessariamente da dialética que contrapõem a hegemonia de um regime erroneamente considerado homogêneo e os contramovimentos das redes alternativas, estas igualmente apresentadas com um nível de unidade que elas não comportam. Ademais, o modelo das ordens não classifica de antemão essas relações. A classificação é um resultado *a posteriori* da análise. Se a ordem industrial se impõe como padrão dominante de relações econômicas, isso não se deve ao fato dela ser preconcebida como regime dominante pelo próprio modelo. Ao mesmo tempo, evita-se jogar todo o resto para a simples e imprecisa noção de nicho.

Um terceiro argumento central é a importância de compreender os mercados a partir das práticas sociais. Não partimos, portanto, dos atores e seus mercados (“os mercados da agricultura familiar”), mas do próprio modo como os mercados se estruturam para, em seguida, analisar quais são os atores implicados, quais identidades eles assumem em cada ordem, sabendo-se que o mesmo ator pode carregar consigo diferentes identidades. Todavia, é importante ter em mente que, uma vez estabelecidas, essas identidades também condicionam as práticas. As identidades também podem ser pensadas como um tipo de dispositivo institucional, valorativo. Isso possui uma implicação importante para os debates da sociologia da agricultura: embora o dualismo *agricultura familiar* e *agronegócio* seja insuficiente para compreender a dinâmica dos mercados, não se deve negligenciar o fato de que, uma vez estabelecidas e institucionalizadas, essas identidades operam classificações sociais. Como afirma Schatzki (2002, p.54), “a identidade de alguém deriva parcialmente da sua posição no arranjo e, em troca, é parcialmente responsável pela sua posição.” As identidades aproximam e afastam os atores, orientam escolhas produtivas, definem o modo como as políticas públicas vão incidir nos mercados..., enfim, participam do processo de ordenamento dos humanos e não humanos.

Focalizar as práticas sociais implica em compreender como dispositivos institucionais e técnicos atuam na conformação das mesmas. Assim, um quarto argumento chama a atenção para a conexão entre o arranjo institucional e a materialidade das relações sociais e econômicas. Na sociologia dos mercados alimentares são, sobretudo, as pesquisas sobre os dispositivos de padronização e certificação que se ocupam desta discussão (Busch, 2011). Em alguma medida elas propõem um vínculo entre dois campos que, outrora, estiveram relativamente isolados: a teoria institucional e a sociologia das técnicas. Os mercados são definidos a partir desta interconexão entre diferentes elementos normativos, valorativos e cognitivos (Scott, 1995), os quais, por sua vez, estão diretamente associados a artefatos materiais como selos, certificados, leis, instrumentos de medida, laboratórios, etc.

Finalmente, o último argumento central está associado com a mudança que o modelo produz para a análise da “viabilidade” dos mercados e diferentes estratégias de desenvolvimento rural. A partir de um modelo de múltiplas ordens, esta análise não pode ser conduzida a partir do ator social. O que está em jogo não é a capacidade dos agricultores, sejam eles familiares ou

não, “inserir-se” no mercado – o que implicaria em reconhecer que o sucesso ou fracasso da estratégia e, mais amplamente, da “reprodução social” destes agricultores deve-se às suas próprias condições (estoque de capital, capacidade de trabalho, posse de terras, nível de conhecimento etc.). De outro modo, essa análise deve ser feita com relação à toda estrutura do mercado. A discussão volta-se para a estabilização, estrutura e dinâmica interna das diferentes ordens, e em face das pressões que as demais ordens exercem.

Neste caso, o desafio das políticas é manejar este conflito. Se elas pretendem potencializar determinado mercado, precisam criar instrumentos que estimulam certo arranjo de práticas e dispositivos (ao invés, por exemplo, de forçar as comunidades tradicionais a seguir normas e padrões sanitários que regem a ordem industrial). Ao mesmo tempo, elas podem introduzir elementos de desordem (que é exatamente o que estas normas e padrões criam nos mercados tradicionais), desestabilizando o funcionamento de determinado mercado. Isso pode ocorrer em benefício do desenvolvimento de outros mercados, ou para catalisar processos de inovação naquele mercado, ou ainda para alterar as posições e hierarquias que prevalecem dentro dele. Seja como for, em qualquer um dos casos, a pergunta que precisa ser feita é como as políticas podem sair de uma lógica que se orienta a determinados tipos de agricultores (buscando “inserirlos no mercado”), para um formato de ação pública que precisa, antes de tudo, apontar que tipo de mercado pretende-se estimular. Isso implica, por exemplo, em reorientar as políticas de desenvolvimento rural de uma visão essencialmente agrícola para os distintos nexos que se estabelecem entre as práticas de produção e consumo. Nestes termos, uma política agrícola pode ser uma política de consumo.

Recebido em: 05/06/2017

Aprovado em: 13/10/2017

REFERÊNCIAS

- ALLEN, P.; KOVACH, M. The capitalist composition of organic: The potential of markets in fulfilling the promise of organic agriculture. *Agriculture and Human Values*, v. 17, n. 3, p. 221-232, 2000.
- ALVES, E.; SOUZA, G. S. Pequenos Estabelecimentos também enriquecem? Pedras e tropeços. *Revista de Política Agrícola*, v. 24, n. 3, p. 7-21, 2015.
- ARRIGHI, G. *The long twentieth century*. Londres, Verso, 1994.
- BARBOSA, L. A ética e a estética na alimentação contemporânea. In: CRUZ, F. T.; MATTES, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos*. Porto Alegre, UFRGS, 2006.
- BECKERT, J. The social order of markets. *Theory & Society*, n. 38, p. 245-269, 2009.
- BERNSTEIN, H. Capitalism and petty commodity production. *Social Analysis*, n. 20, p. 11-28, 1986.
- BERNSTEIN, H. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. São Paulo, Unesp, 2011.
- BOLTANSKI, L. *De la critique: précis de la sociologie de l'émancipation*. Paris, Gallimard, 2009.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard, 1999.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De ja justification : les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard, 1991.
- EDELMAN, M.; BORRAS, S.M. *Political Dynamics of Transnational Agrarian Movements*. Halifax, Fernwood, 2016.

- BOURDIEU, P. *O campo econômico*. Campinas, Papirus, 2000.
- BOYER, R. How and why capitalisms differ. *Economy and Society*, v. 34, n. 4, p. 509-557, 2005.
- BRASIL. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*, Brasília, Governo Federal, 2009.
- BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. ; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: _____. (Orgs). *O mundo rural no Brasil do século 21*. Campinas, Unicamp, 2014.
- BUTTEL, F. H. Some Reflections on Late Twentieth Century Agrarian Political Economy. *Sociologia Ruralis*, v. 41, n. 2, p. 165-181, 2001.
- BUSCH, L. *Standards: recipes for reality*. Cambridge, London, MIT Press, 2011.
- CALLON, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado – o papel das redes sociotécnicas. In: PARENTE, A. (Org.) *Tramas da rede*. Porto Alegre, Sulina, 2004.
- CONTINI, E. Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: oportunidades econômicas e responsabilidade mundial. In: BUAINAIN, A. M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Orgs). *O mundo rural no Brasil do século 21*. Campinas: UNICAMP, 2014.
- CRUZ, F.T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos*. Porto Alegre, UFRGS, 2016.
- DEWEY, J. *Experience and Nature, Later Works*. Carbondale and Edwardsville, Southern Illinois University Press, 1988.
- DUPUIS, E. *Civic markets: alternative value chain governance as civic engagement*. *Crop Management*. 2006. Online: doi:10.1094/CM-2006-0921-09-RV.
- ESCHER, F. *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural: uma análise institucional comparativa de Brasil e China*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, UFRGS, 2016.
- EYMARD-DUVERNAY, F.; FAVAREAU, O.; ORLEAN, A.; SALAIS, R.; THÉVENOT, L. Valeurs, coordination et rationalité : trois thèmes mis en relations par l'économie des conventions. In: EYMARD-DUVERNAY, F. (Org.). *L'économie des conventions: méthodes et résultats*. Paris, La Découverte, 2006.
- FERNANDES, B. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. *Reforma Agrária*, v. 35, n. 2, p. 41-54, 2014.
- FLIGSTEIN, N. The sociology of markets. *Annual Review of Sociology*. n. 33, p. 105-128, 2007.
- FONSECA, M. F. Tensions continues over Brazilian certification process”. *The Organic Standard*, n. 24, p. 3-6, 2003.
- FRIEDMANN, H. Commentary: Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation. *Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 3, p. 671-692, 2016.
- FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and the State system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the Present. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre, UFRGS, 2017.
- GEELS, F.W. Processes and patterns in transitions and system innovations: refining the co-evolutionary multi-level perspective. *Technological Forecasting & Social Change*, n. 72, p. 681-696, 2005.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- GOODMAN, D. Rural Europe Redux? Reflections on Alternative Agro-Food Networks and Paradigm Change. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 1, p. 3-16, 2004.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, E.; GOODMAN, M. *Alternative Food Networks: knowledge, practice and politics*. London, Routledge, 2012.

- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, p. 481-510, 1985.
- GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. *Ambiente e Sociedade*, v. 6, n. 2: p. 63-82, 2003.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- HARVEY, D. O novo imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist Register*, v. 40, p. 95-126, 2004.
- HEBINCK, P. Maize and socio-technical regimes. In: HEBINCK, P; VERSCHOOR, G. (Eds), *Resonances and dissonances in development actor, networks and cultural repertoires*, Assen: Van Gorcum, 2001.
- LAW, J. *Organizing modernity*. Oxford, Blackwell, 1994.
- LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. London, Routledge, 2001.
- LONG, N.; LONG, A. *Battlefields of knowledge*. London, Routledge, 1992.
- LONG, N.; PLOEG, J.D.; CURTIN, C.; BOX, L. *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1986.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking Social Development: Theory, Research and Practice*. Harlow: Longman, 1994.
- MALUF, R.; BURLANDY, L.; SANTARELLI, M.; SCHOTTZ, V.; SPERANZA, J. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 20, p. 2303-2312, 2015.
- MARCH, J.; OLSEN, J. Elaborating the “new institutionalism”. In: RHODES, R.; BINDER, S.; ROCKMAN, B. (Eds). *Oxford Handbooks of Political Institutions*. Oxford, Oxford University Press, 2006.
- MARQUES, F. Nicho e novidade: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). *Os atores do desenvolvimento Rural*. Porto Alegre, UFRGS, 2011.
- MARQUES, F.; CONTERATO, M. A., SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- MARQUES, R. Introdução: os trilhos da nova sociologia econômica. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). *A nova sociologia econômica*. Oeiras, Celta, 2003.
- McMICHAEL, P. Commentary: Food regime for thought”. *Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 3, p. 648-670, 2016.
- McMICHAEL, P. A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.
- MIELE, M., MURDOCH, J. The practical aesthetics of traditional cuisines: Slow food in Tuscany. *Sociologia Ruralis*, v. 42, n. 4, p. 312-328, 2002.
- MURDOCH, J. Networks: a new paradigm of rural development?. *Journal of Rural Studies*, v. 16, p. 407-419, 2000.
- NIEDERLE, P. A pluralist and pragmatist critique of food regime’s genealogy: varieties of social orders in Brazilian agriculture. *Journal of Peasant Studies*, p. 1-23, 2017. <https://doi.org/10.1080/03066150.2017.1313238>
- NIEDERLE, P. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio. *Sustentabilidade em Debate*, n. 5, p. 79-96, 2014.
- NIEDERLE, P. Mercados como arenas de luta por reconhecimento: disputas morais na construção dos dispositivos de qualificação dos alimentos. *Política & Sociedade*, n. 15, p. 97-130, 2016.
- NIEDERLE, P.; ESCHER, F.; CONTERATO, M. Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo. In: CONTERATO, M.; RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas*. Porto Alegre, UFRGS, 2014.

- NIEDERLE, P.; SCHUBERT, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In: Doula, S.; Fiúza, A.; Teixeira, E.; Reis, J.; Lima, A. (Org.). *A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados*. Suprema, 2014. pp. 43-68.
- PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- PLOEG, J. D. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D.; LONG, A. (Eds.). *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen, Van Gorcum, 1994.
- RADOMSKY, G.F.; NIEDERLE, P.; SCHNEIDER, S. Participatory systems of certification and alternative marketing networks: the case of Ecovida Agroecology Network in South Brazil. In: HEBINCK, P.; PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. (Eds.). *Rural Development and the Construction of New Markets*, The Hague, Routledge, 2016.
- RAUD-MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 127-208, 2005.
- SALAS, R.; STORPER, M. The four “worlds” of the contemporary industry”. *Cambridge Journal of Economics*, n. 16, p. 169-193, 1992.
- SAUER, S. Terra no século XXI: desafios e perspectivas da questão agrária. *Retratos de Assentamentos*, n. 19, p. 69-97, 2016.
- SCHATZKI, T. *The site of the social*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2002.
- SCHATZKI, T. Practice mind-ed orders. In: SCHATZKI, T.; CETINA, K.; SAVIGNY, E. (Ed.). *The practice turn in contemporary theory*. London-New York, Routledge, 2001.
- SCHATZKI, T.; CETINA, K.; SAVIGNY, E. *The practice turn in contemporary theory*. 3. ed. London-New York, Routledge, 2001.
- SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre, UFRGS, 2016.
- SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. *Os atores do desenvolvimento Rural*. Porto Alegre, UFRGS, 2012.
- SCOTT, W. R. *Institutions and Organizations*. Thousand Oaks: Sage, 1995.
- THELLEN, K. Varieties of Capitalism: Trajectories of Liberalization and the New Politics of Social Solidarity. *Annual Review of Political Science*, v. 15, n. 1, p. 137-159, 2012.
- THÉVENOT, L. Organized complexity: conventions of coordination and the composition of economic arrangements. *European Journal of Social Theory*, v. 4, n. 4, p. 405-425, 2001.
- WALLERSTEIN, I. *El Moderno Sistema Mundial*. México, Siglo Veintiuno, 1979.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1 e 2. Brasília, UnB, 2000.
- WESZ JUNIOR, V. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. *Journal of Peasant Studies*, n. 43, p. 1-27, 2016.
- WHITE, H. *Markets from networks*. Princeton, Princeton University Press, 2001.
- WILKINSON, J. Markets and Networks in Global Social Movements. *Journal of Consumer Policy*, n. 1, p. 56-64, 2007.
- WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre, UFRGS, 2008.
- WILKINSON, J.; GOODMAN, D. Les analyses en terme de ‘food regime’: une relecture. In : ALLAIRE, G.; DAVIRON, B. (Eds.). *Transformations agricoles et agrolimentaires: entre écologie et capitalisme*. Versailles, Quae, 2017.